

ANTECEDENTES DO DILEMA RACIAL BRASILEIRO

BACKGROUND OF THE BRAZILIAN RACIAL DILEMMA

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*

Eliane Veras Soares**

Resumo

Este artigo visa a discutir a gênese da noção de dilema racial brasileiro no pensamento de Florestan Fernandes, elaborada a partir dos anos 1950 e retomada ao longo de sua trajetória intelectual, em seu esforço de desvelar a dinâmica das relações raciais no âmbito da sociedade brasileira. Orientado por uma leitura diacrônica, que se distancia da concepção de “obra acabada”, este trabalho se concentra na primeira fase de elaboração do dilema racial, inscrita ainda no Projeto de estudo “O preconceito racial em São Paulo”, que fundamentou a pesquisa Unesco em São Paulo, coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes – e cujos primeiros resultados foram apresentados em “Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo” (1955). Embora o trabalho se limite a uma fase preliminar da pesquisa, acreditamos que uma análise exegetica desse material, em perspectiva diacrônica, somada aos documentos disponíveis no acervo de Florestan Fernandes, contribua para matizar interpretações cristalizadas acerca da questão racial no pensamento do autor e para a reconstrução do diálogo entre sociólogos acadêmicos e intelectualidade negra, que constitui uma das mais recentes agendas de pesquisa das ciências sociais brasileiras.

Palavras-chave: Dilema racial. Florestan Fernandes. Relações raciais. Análise diacrônica.

Abstract

This article aims to discuss the genesis of the notion of the Brazilian racial dilemma in the thought of Florestan Fernandes, developed from the 1950s onward and revisited throughout his intellectual trajectory in his effort to unveil the dynamics of racial relations within Brazilian society. Guided by a diachronic reading that moves away from the concept of a “finished work,” this study focuses on the initial phase of the formulation of the racial dilemma, which was still embedded in the research project *Racial Prejudice in São Paulo*. This project laid the foundation for the UNESCO study in São Paulo, coordinated by Roger Bastide and Florestan Fernandes, with its initial findings presented in *Racial Relations between Whites and Blacks in São Paulo* (1955). Although this work is limited to a preliminary stage of the research, we believe that an exegetical analysis of this material – considering a diachronic perspective and incorporating documents from Florestan Fernandes' archives – can help refine established interpretations of racial issues in his thought. Additionally, it contributes to reconstructing the dialogue between academic sociologists and Black intellectuals, a topic that has become one of the most recent research agendas in Brazilian social sciences.

Keywords: Racial dilemma. Florestan Fernandes. Race relations. Diachronic analysis.

* Professora adjunta do Departamento de Sociologia e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordena o projeto de pesquisa “Luta de raças, de classes e desenvolvimento: reconstruindo o artesanato intelectual de Florestan Fernandes”, que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), termo de outorga n. 0018/2024. E-mail: anarodrigues@ufba.br.

** Professora titular aposentada no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cofundadora da Coordenação de Estudos de África do Centro de Estudos Avançados da UFPE. E-mail: elianeveras1@gmail.com.

Introdução

Um dos desafios de se abordar a questão racial no pensamento de Florestan Fernandes é o de reconhecer que essa discussão foi desenvolvida – e constantemente reformulada – em diferentes momentos de sua trajetória intelectual, perfazendo um período de quase cinquenta anos. Podemos considerar os estudos sobre religião e folclore desenvolvidos na primeira metade dos anos 1940 como uma primeira fase, que possibilitou o contato do autor com temas relativos à questão racial¹, seguida pela participação na pesquisa Unesco sobre relações raciais em São Paulo, no início dos anos 1950, até sua produção na segunda metade dos anos 1980 ao longo de seus mandatos parlamentares pelo Partido dos Trabalhadores – cujos textos selecionados pelo autor encontram-se reunidos em “Significado do protesto negro”, publicado em 1989².

Nesse sentido, é possível afirmar que o esforço de análise e interpretação dos padrões de relações raciais vigentes na sociedade brasileira acompanhou o autor ao longo de toda a sua trajetória intelectual. No entanto, a sua abordagem da questão racial sempre esteve inscrita em um enquadramento mais amplo, voltado à interpretação da formação social do país, de sua estrutura social em diferentes momentos históricos – que foi e é uma estrutura racializada – e das condições de emergência e desenvolvimento do capitalismo e do regime de classes sociais no Brasil. Por essa razão, Florestan sempre buscou demarcar a sua posição com relação aos estudos sobre relações raciais, sobretudo os estadunidenses, seja no que se refere à perspectiva teórico-metodológica adotada, seja no que tange ao compromisso ético e político assumido com o negro, conforme será discutido mais adiante. É justamente esse enquadramento analítico que permitirá o entrelaçamento do dilema racial aos impasses da democracia no Brasil e, posteriormente, à noção de capitalismo dependente – sentidos a serem analisados em etapa posterior da pesquisa.

¹ Tais estudos encontram-se reunidos na quarta parte de “O negro no mundo dos brancos” (2007). Segundo Diogo Costa e Eliane Veras Soares (2024), esses estudos correspondem a uma primeira fase da análise de Fernandes sobre as relações raciais entre brancos e negros no Brasil, com foco nos sistemas culturais, desenvolvida a partir das pesquisas etnográficas realizadas durante o curso de graduação na USP, nos anos 1940.

² O livro reúne textos de procedência e finalidade diversas. Em um deles, “Carta à liderança do PT”, encaminhada em 14 de dezembro de 1993, Fernandes (2017a) faz um levantamento do conjunto de seus estudos sobre relações raciais.

Nesse enquadramento analítico, Florestan abordou, em cada momento de sua trajetória intelectual, diferentes aspectos das relações raciais, retomando e reformulando suas categorias de pensamento à luz de novas leituras e embates teóricos e políticos dos processos histórico-sociais vivenciados, bem como de suas experiências práticas junto ao movimento negro e a outros grupos sociais comprometidos com a democratização da sociedade brasileira.

A despeito disso, erigiram-se interpretações cristalizadas no campo das ciências sociais, que seguem orientando as leituras sobre o autor e seu papel na análise das relações raciais no Brasil. Entre elas, vale destacar a interpretação de que, para Fernandes, o dilema racial seria uma categoria residual, uma “sobrevivência do passado”, herdada do antigo regime, que despontou na obra de alguns(as) cientistas sociais brasileiros(as) e estrangeiros(as), consolidando-se possivelmente como hegemônica (Hasenbalg, 1979; Motta, 2000; Schwarcz, 2007; Souza, 2006; Wacquant, 2005, entre outros).

Entretanto, é possível observar, sobretudo a partir das últimas décadas, a emergência de novas leituras que permitem problematizar aquela interpretação, destacando, entre outras coisas, a tendência estrutural assumida pelo dilema racial no pensamento de Florestan Fernandes (Cardoso, 2008; Costa *et al.*, 2021; Costa; Soares, 2024; Gato, 2024; Silva; Brasil Jr., 2021; Silva, 2016). Algumas dessas análises destacam um progressivo processo de radicalização teórica (Costa *et al.*, 2021), que só pode ser apreendido por meio de uma análise do conjunto de sua obra, atenta aos processos de reelaboração conceitual, às continuidades e descontinuidades da análise, em seu empenho contínuo de apreensão da natureza complexa e mutável do fenômeno³.

Este trabalho converge com alguns dos procedimentos metodológicos e leituras sustentadas por essa segunda vertente interpretativa, focalizando, porém, não tanto a “fase madura” de Florestan Fernandes – em que tal radicalização teórica se torna mais explícita e destacada pela fortuna crítica do autor –, mas os momentos iniciais de elaboração conceitual, que já permitem antever elementos que parecem extrapolar certo “diagnóstico residualista” do dilema racial brasileiro, e cujos sentidos e dimensões serão desdobrados teórica e empiricamente ao longo da trajetória intelectual de Florestan Fernandes.

³ Paralelamente à análise diacrônica da noção de dilema racial no pensamento de Fernandes, está sendo desenvolvida uma pesquisa sobre a recepção do autor no campo de estudos sobre relações raciais no Brasil, em que já é possível antever as duas vertentes acima referidas, bem como algumas afinidades em seus respectivos percursos teórico-metodológicos e interpretativos.

Nos limites do presente artigo analisaremos “Branco e negro em São Paulo” (1959)⁴, notadamente o projeto de estudo “O preconceito racial em São Paulo”, publicado originalmente em 1951, no qual são apresentadas as hipóteses diretrizes da pesquisa e a perspectiva teórico-metodológica que guiou o estudo sobre relações raciais em São Paulo, realizado em parceria com Roger Bastide e com a colaboração de intelectuais e ativistas do meio negro. Acreditamos que essa discussão é fundamental tanto para demarcar a posição assumida por Florestan Fernandes no debate racial corrente no início dos anos 1950 no Brasil quanto para conhecer seus pressupostos no momento inicial da pesquisa⁵. Além disso, conforme destacado anteriormente, a discussão sobre as hipóteses de pesquisa e categorias assumidas nesse período permite matizar leituras e interpretações acerca da questão racial no pensamento de Florestan Fernandes, como aquela que insere a interpretação do sociólogo paulista dentro de uma abordagem histórica do racismo, considerado como algo “residual”, ligado ao passado e, portanto, sem uma função específica na ordem social emergente (Hasenbalg, 1979, p. 60).

Antes de iniciarmos tal discussão, é importante apresentar, em linhas gerais, a perspectiva teórico-metodológica que orientou nossa leitura da obra de Florestan Fernandes, estruturada a partir do que estamos chamando de análise diacrônica (Costa *et al.*, 2021) e da pesquisa documental. Nossa investigação ainda está em fase de desenvolvimento e, neste trabalho, analisamos somente um “primeiro momento” do dilema racial brasileiro. A presente discussão intenta destacar aspectos importantes da interpretação de Fernandes sobre o referido dilema, propondo um convite a novas leituras e interpretações de seu papel no debate sobre relações raciais no Brasil e, de modo mais geral, de seu esforço de elaboração teórica acerca dos dilemas que marcam as sociedades latino-americanas, especialmente a sociedade brasileira.

⁴ Originalmente o relatório da pesquisa foi publicado na Revista Anhembi, v. X-XI, n. 30-34, 1953. Em 1955, foi publicado como obra coletiva com o título “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo”. Em 1959, Bastide e Fernandes publicaram separadamente os resultados de sua pesquisa com o título “Branco e negro em São Paulo”. Trabalhamos com a edição mais recente de 2008. Ver notas detalhadas em “Bibliografia de Florestan Fernandes” (Soares; Costa, 2021, p. 353-354).

⁵ O próprio Florestan se abstém de aprofundar seus pressupostos teórico-metodológicos em obras posteriores, fazendo referência à extensa discussão apresentada no “projeto de estudo”, como ocorre na Nota Explicativa de “A integração do negro na sociedade de classes”. Os capítulos de “Branco e negro em São Paulo” são retomados e desenvolvidos de modo mais detido no argumento desenvolvido em “A Integração do negro na sociedade de classes”, o que reforça nossa escolha pela focalização do projeto como ponto de partida da análise.

Considerações sobre a análise diacrônica do dilema racial

A pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”, coordenada pelo professor Diogo Valença de Azevedo Costa, fundamenta-se em uma leitura diacrônica da obra de Fernandes, interessada no processo de construção do pensamento do autor ao longo de sua trajetória intelectual, nas continuidades e discontinuidades que marcam o seu exercício de elaboração teórica e conceitual, bem como nas condições que favoreceram as reformulações de suas categorias analíticas e interpretativas fundamentais.

Tal abordagem se inspira nas sugestões metodológicas da mais recente edição dos *Quaderni del carcere*, de Antônio Gramsci, que busca identificar a data precisa de redação de cada parágrafo da obra (Cospito, 2016). Nesse sentido, a disposição dos textos em ordem cronológica se mostra fundamental para uma análise que busca focalizar o pensamento de modo processual, distanciando-se da compreensão de “obra acabada”. Feitas as devidas adaptações às diferenças entre as fontes documentais, a obra de Florestan Fernandes pode constituir terreno fértil para a aplicação de uma leitura diacrônica. Como destacou Octavio Ianni (2004, p. 18), “em Florestan Fernandes, o pensamento se pensa todo o tempo. As suas contribuições históricas e teóricas estão permeadas pela reflexão crítica sobre as relações entre o pensamento e o pensado”. Assim, a presente análise parte do pressuposto de que as categorias elaboradas por Fernandes estiveram sujeitas a constantes revisões críticas por parte do autor, sendo reformuladas a partir de embates intelectuais e políticos, de novas influências teóricas, de processos histórico-sociais – como é o caso da revolução cubana, em 1959, e do golpe empresarial-militar no Brasil, em 1964 –, além de experiências práticas junto ao movimento negro e a outros movimentos sociais.

Obviamente, essa disposição para rever seu pensamento não passou despercebida pela fortuna crítica de Fernandes, que destaca desde a tese de uma “ruptura epistemológica”, a demarcar fases distintas na trajetória intelectual do autor (Freitag, 1987), até uma compreensão do caráter “processual” e “artesanal” de sua obra (Bastos, 2015, 2020; Brasil Jr., 2013; Campos, 2014; Costa *et al.*, 2021; Costa; Soares, 2024; Silva, 2016). Partindo dessa compreensão, a abordagem diacrônica se orienta pela 1) organização cronológica dos textos de Fernandes – com o objetivo de identificar o uso inicial de um conceito e suas diferentes variações sucessivas, que conduzem à incorporação de novos aspectos, reformulações ou até abandono dele – e 2) mapeamento das principais referências teóricas, métodos e categorias analíticas mobilizadas.

A análise diacrônica se interessa também pelos “bastidores” da produção intelectual, favorecida pelo recurso à pesquisa documental no Fundo Florestan Fernandes disponível na Coordenadoria de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Comunitária da Universidade de São Carlos, que reúne o acervo pessoal do autor (correspondências, livros, notas de aula, material de pesquisa, objetos pessoais, entre outros materiais), tomando tais arquivos como fonte de investigação e teorização. Desse modo, é possível consultar, por exemplo, suas referências teóricas, as marginais dos livros lidos pelo autor, acessando, em alguma medida, as “conversações interiores” (Archer, 2011) de Florestan e sua relação com os textos; bem como o material empírico construído durante a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo no início dos anos 1950 e nos anos seguintes. O material coletado por meio da pesquisa documental permite, portanto, confrontar e complementar a leitura de sua obra no esforço de reconstrução do artesanato intelectual de Fernandes.

A análise diacrônica se orienta por uma perspectiva de síntese, que se coloca para além da dicotomia “texto *versus* contexto” na análise da produção intelectual. Nesse sentido, tão importante quanto a análise internalista dessa produção intelectual, é a consideração das condições históricas, socioculturais e políticas que possibilitaram a sua emergência – dando lugar, em alguns casos, a revisões críticas e construção de novas categorias interpretativas. Na trilha desse artesanato, consideramos também o conjunto de entrevistas e textos autobiográficos produzidos pelo autor, correspondências trocadas com intelectuais brasileiros e estrangeiros, assim como ampla revisão da sua fortuna crítica, os quais ajudam a reconstruir as circunstâncias históricas de sua produção teórica⁶.

Tal enfoque se mostrou particularmente profícuo na investigação sobre a noção de dilema racial, resultante de décadas de pesquisa teórica e empírica e cuja recepção no campo dos estudos sobre relações raciais no Brasil tem sido marcada por uma interpretação hegemônica que afirma o seu caráter “residual”, de modo que as desigualdades raciais tenderiam a ser superadas com o desenvolvimento do capitalismo. Uma breve análise dos textos que afirmam essa interpretação permite observar a concentração da crítica em ensaios específicos – como “A persistência do passado” – ou em uma única obra do autor, mais comumente “A integração do negro na sociedade de classes”⁷. Por outro lado, as interpretações

⁶ Infelizmente, os limites do artigo não nos permitem inserir aqui o rico material encontrado no acervo.

⁷ Ver, por exemplo, a crítica de Carlos Hasenbalg (1977, 1979), considerado possivelmente o precursor dessa interpretação (Silva; Brasil Jr., 2021, p. 14-15), de Jessé Souza (2006) e de Loic Wacquant (2005, p. 23-24).

que se contrapõem a tal diagnóstico – ou que enfatizam a tendência estrutural do dilema racial em Fernandes – tendem a privilegiar uma análise do conjunto da sua obra, mais atenta às nuances inscritas na análise do fenômeno e aos processos de reelaboração conceitual ao longo da trajetória intelectual do autor (Bastos, 2015; Campos, 2014; Costa *et al.*, 2021; Costa; Soares, 2024; Silva; Brasil Jr., 2021; Silva, 2016).

Alinhada a essa última perspectiva, acreditamos que uma análise diacrônica da obra de Fernandes possibilita a identificação da gênese e múltiplos sentidos e dimensões assumidos pela noção de dilema racial, bem como a emergência de novas leituras que permitam rever a recepção do autor no campo de estudos sobre relações raciais. Para tanto, a presente pesquisa partiu de uma organização cronológica das obras de Fernandes referentes à questão racial, algumas das quais foram lidas e discutidas coletivamente. Buscou-se identificar as referências teóricas, conceitos e categorias mobilizadas pelo autor nessas obras, conforme mencionado anteriormente. Paralelamente, foram consultados documentos disponíveis na biblioteca Florestan Fernandes, como anotações do autor sobre a noção de demora cultural, mobilizada para pensar alguns aspectos do padrão de relações raciais vigente na nova ordem social; livros como os de Gunnar Myrdal (*An american Dilemma*, 1944), Donald Pierson (Branços e Pretos na Bahia, 1945), Carlos Hasenbalg (Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, 1979) e todas as obras resultantes da pesquisa Unesco, além de cartas enviadas por diversos intelectuais⁸.

Sobre essas últimas, vale mencionar uma carta de Carlos Hasenbalg endereçada a Florestan Fernandes em junho de 1977, em que o autor comunica a publicação de seu artigo “Desigualdades Raciais no Brasil”, na revista Dados, informando sua leitura crítica ao trabalho do sociólogo paulista acerca da conexão entre escravidão e relações raciais pós-escravistas, ao tempo em que reafirma a importância da sua obra como ponto de partida para uma análise das relações raciais no Brasil (ver anexo I). Não sabemos se Florestan chegou a respondê-lo, mas, ao que tudo indica, o artigo de Hasenbalg assumiu um papel relevante na recepção da obra de Florestan Fernandes no campo intelectual brasileiro, contribuindo para consolidação daquela interpretação segundo a qual a questão racial seria um “resíduo” do passado, que tenderia a ser superado com a expansão e pleno desenvolvimento da ordem social competitiva⁹.

⁸ Agradecemos ao professor Diogo Valença de Azevedo Costa pela coleta, sistematização e envio de parte desse material.

⁹ Encontramos um número da referida revista no acervo Florestan Fernandes, o qual não conta com nenhuma marginalia de Florestan Fernandes. Em contrapartida, no exemplar de “Discriminação e desigualdades raciais no

A partir da análise desse material, procedemos a uma investigação dos momentos iniciais na formulação do dilema racial, realizados conjuntamente por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Consideramos a análise desse primeiro momento da maior importância, haja vista que boa parte da fortuna crítica do autor tende a se concentrar em suas obras posteriores, características de uma fase considerada mais “madura” ou “radical”, conferindo menor atenção, por exemplo, ao projeto de estudo que fundamenta, teórica e metodologicamente, a pesquisa Unesco em São Paulo sobre o qual nos debruçamos na próxima seção¹⁰.

Origens do dilema racial no projeto de estudo “O Preconceito Racial em São Paulo”

A pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, liderada por Bastide e Fernandes no início da década de 1950, que dá origem ao relatório de pesquisa “Relações raciais entre Brancos e Negros em São Paulo”, pode ser percebida como o produto de uma confluência de condições intelectuais e políticas. De um lado, o estudo da mudança social assumia crescente interesse por parte dos(as) cientistas sociais brasileiros(as), em um contexto de intensas transformações histórico-estruturais no país, nas quais teve lugar o próprio processo de institucionalização da área (Fernandes, 1977a; Miceli, 1987). De outro lado, intelectuais e ativistas ligados ao movimento negro, oriundos em sua maior parte desse processo de reestruturação societária, elaboravam estudos sobre a questão racial e tentavam forçar o diálogo com a intelectualidade brasileira, exercendo importante influência sobre a agenda das ciências sociais nesse período¹¹.

Brasil” (Hasenbalg, 1979), disponível no Fundo Florestan Fernandes, há poucas anotações, mas na página 21 se pergunta “em suma = que traz de novo?” ou se Hasenbalg seria “parsoniano?”; na página 23, questiona a falta de perspectiva histórica: “boa contribuição → mas seria preciso uma perspectiva histórica para explicar o ‘refluxo demográfico’ em termos raciais”; por fim, na página 29, questiona se “o escravo poderia constituir uma classe no sentido marxista?”. Essas são as únicas anotações significativas contidas na leitura de Florestan Fernandes, não havendo qualquer anotação nas passagens em que Hasenbalg o critica diretamente. Para uma discussão mais aprofundada sobre as críticas aos trabalhos de Florestan Fernandes sobre a questão racial, ver Costa (2023).

¹⁰ Entre autores(as) que se aprofundam na análise do “projeto de estudo”, mencionamos o instigante texto “Sessenta anos de um relatório de pesquisa exemplar” de Elide Rugai Bastos (2015) e a dissertação de mestrado de Antônia Junqueira Malta Campos, intitulada “Interfaces entre sociologia e processo social: A integração do negro na sociedade classes e a pesquisa Unesco em São Paulo” (2014).

¹¹ É conhecido o esforço do movimento negro em envolver intelectuais brasileiros e estrangeiros na sua luta contra o racismo. É possível citar como exemplo o jornal Quilombo, dirigido por Abdias Nascimento no final dos anos 1940, que em sua seção “Democracia racial” convidava intelectuais reconhecidos para discutir o tema, como Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Estanislau Fischlowitz. Em outras seções, é possível encontrar artigos de Alberto Guerreiro Ramos e do próprio Abdias Nascimento. Tal hipótese merece certamente uma análise minuciosa. Mais destacadas na literatura têm sido a realização da Conferência Nacional do Negro, em 1949, e do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, que exerceram profunda influência sobre uma geração de cientistas sociais dedicados ao estudo das relações raciais no Brasil. Ao ser convidado por Alfred Métraux para coordenar a pesquisa Unesco em São Paulo, Roger Bastide declara a sua intenção de envolver a comunidade negra, conferindo à investigação

Um dos méritos da investigação de Antônia Campos (2014), realizada por meio de pesquisa nos arquivos do Fundo Florestan Fernandes, é o de dar visibilidade ao intenso trabalho de colaboração entre Roger Bastide e Florestan Fernandes e intelectuais do meio negro, bem como ao impacto exercido pelo I Congresso do Negro Brasileiro sobre os contornos assumidos pela pesquisa Unesco em São Paulo. Nas suas palavras,

[É] significativo o fato de que neste congresso estiveram presentes alguns dos colaboradores mais proeminentes da pesquisa e, embora não seja possível afirmar com certeza se sociólogos e intelectuais negros encontraram-se pela primeira vez no congresso ou mesmo antes, parece plausível afirmar que a proximidade entre os dois grupos e a possibilidade de uma colaboração já era uma realidade mesmo antes do acordo feito com a UNESCO. Desde o seu início, portanto, a pesquisa já fora imaginada tendo em conta esta colaboração (Campos, 2014, p. 7-8).

Quando Roger Bastide recebeu o convite para coordenar a pesquisa Unesco em São Paulo, tanto ele quanto Florestan Fernandes já estavam imersos nessa atmosfera intelectual e política, marcada por maior visibilização das tensões raciais, engajados em um estudo sobre o tema na metrópole paulista, patrocinada pela Editora Anhembi. No prefácio à segunda edição de “Branco e Negro em São Paulo”, publicado originalmente na edição de 1959, Florestan afirma que “quando Métraux travou os primeiros contatos com os primeiros estudiosos do assunto, o plano desse trabalho já estava pronto e algumas de suas partes em desenvolvimento” (Bastide; Fernandes, 2008b, p. 17).

Como destaca Campos (2014, p. 8), dada a amplitude da pesquisa e o grande número de colaboradores envolvidos, há um intervalo de tempo relativamente curto “entre o fechamento dos acordos com Métraux (novembro de 1950), a redação do Projeto de Estudo (publicado em abril de 1951), e o início da realização das Mesas Redondas (8 de maio de 1951)” – o que permite pensar que os contatos entre sociólogos e a intelectualidade negra vinham sendo cultivados desde antes. O projeto Unesco atuaria, portanto, como agente catalisador do estudo sistemático das relações raciais no Brasil, convergindo com as condições favoráveis à pesquisa em ciências sociais que floresciam no país naquele momento e com o interesse dos(as) próprios(as) cientistas sociais em investigar a situação racial brasileira em um contexto de mudança, atrelado à crescente industrialização e urbanização do país (Maio, 1999).

Em “As relações raciais em São Paulo reexaminadas”, Fernandes (2017b) destaca que a escrita do projeto de estudo foi motivada pela necessidade de alinhamento teórico entre ele e

um sentido prático, em conformidade com as reivindicações apresentadas naquele congresso (Campos, 2014; Maio, 1999; Nascimento, 1982; Ramos, 2023).

Bastide, uma vez que o antropólogo francês era mais moderado na crítica ao padrão de relações raciais vigente no Brasil e à própria ideia de uma democracia racial. Já Fernandes contava não somente com a experiência de suas pesquisas realizadas nos anos 1940, mas sobretudo com uma “origem lumpen” que lhe permitiria “manejar a ‘perspectiva do oprimido’ e por aí, desmascarar a hipocrisia reinante sobre o assunto” (Fernandes, 2017b, p. 132). Tendo vivenciado a formação de uma sociedade de classes em São Paulo desde uma das posições mais desfavoráveis, Florestan sabia que a ordem social competitiva não era tão aberta assim, ainda menos no que se refere à população negra (Fernandes, 1977b, 2017b). Segundo ele,

existiam divergências entre Bastide e eu na forma de encarar a situação concreta do negro. (...) O professor Bastide, por suas investigações, compartilhava de muitas das minhas convicções; mas rejeitava outras, em particular porque preferia os meios-tons, aquilo que se poderia chamar de ‘verdade redentora’, aparente no perdão mútuo, no esquecimento, a superação pelo negro das ‘injustiças’. (...) Achei que seria fecundo colocar em suspenso as diferenças, através de um projeto de pesquisa que firmasse certas hipóteses diretrizes fundamentais¹² (Fernandes, 2017b, p. 132-133).

É com essa motivação que Florestan Fernandes redige o “projeto de estudo”, o qual será revisado por Bastide – que se encarrega de atenuar as críticas a Donald Pierson. Segundo Fernandes (2017b, p. 133), Bastide “só alterou algumas passagens sobre Pierson, atenuadas ou omitidas, que eu havia utilizado deliberadamente como espécie de *straw man*, ressaltando assim as ambiguidades e inconsistências que deveríamos evitar (ou controlar) em uma investigação comprometida com o próprio negro”. O projeto foi publicado, inicialmente, pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, em abril de 1951. O texto foi publicado, novamente, em 1959 como apêndice de “Branços e Negros em São Paulo” e como capítulo na segunda edição de “Sociologia numa era de revolução social”, em 1976.

No que tange aos objetivos deste artigo, interessa destacar na discussão sobre o “projeto de estudo”: 1) o enfoque teórico-metodológico adotado pelos autores; 2) as hipóteses diretrizes

¹² Sobre o espírito conciliador mencionado por Fernandes, ver o “Prefácio à segunda edição” de “O negro revoltado”, em que Abdias Nascimento (1982, p. 9-10) destaca, em tom de autocrítica, o caráter “demasiadamente conciliador para com os brancos liberais” e a excessiva “condescendência para com os racistas deste país” assumido pelos participantes do I Congresso do Negro Brasileiro. O autor destaca que tal caráter seria uma herança do “racismo paternalista brasileiro” e que, naquele momento, uma postura mais radical seria recebida como “racismo às avessas” – acusação que chegou a ocorrer, inclusive, nos embates com os intelectuais profissionais. As dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais do meio negro com relação ao padrão tradicionalista e assimétrico das relações raciais foram registradas nas páginas de “A Integração do Negro na Sociedade de classes” – ver, em especial, o terceiro capítulo do primeiro volume: “Heteronomia racial na sociedade de classes”.

que orientaram a pesquisa e 3) a elucidação das noções de preconceito racial, “preconceito de cor” e dilema racial.

É importante destacar que o ciclo de estudos da Unesco favoreceu a retomada do debate sobre o preconceito no campo intelectual brasileiro, que tinha o estudo de Donald Pierson, “Branços e Pretos na Bahia” (1945), como uma de suas principais referências. Como afirma Guimarães (1999), muitas das divergências teóricas, metodológicas e interpretativas observadas entre os diversos estudos realizados sob os auspícios da Unesco são decorrentes da avaliação crítica em torno da obra de Pierson.

No “projeto de estudo”, Bastide e Fernandes (2008a)¹³ visam a demarcar sua posição com relação ao debate vigente. Para os autores, a falta de precisão conceitual no uso da noção de preconceito racial constitui uma das condições insatisfatórias da pesquisa de caráter científico. Outra dificuldade se refere ao fato de o conhecimento prévio acumulado sobre o tema ter sido construído a partir de investigações sobre uma realidade muito distinta daquela predominante em São Paulo, notadamente nos Estados Unidos. Desse modo, Bastide e Fernandes (2008a, p. 266-267) assumem como um dos objetivos da pesquisa conhecer a natureza e função do preconceito racial no Brasil.

Considerando o caráter geral e variável da noção de preconceito racial, tratava-se de examinar a manifestação do fenômeno particular no contexto da sociedade brasileira, de modo que sua definição é proposta como um dos “resultados teóricos da investigação, representando uma das contribuições dos autores ao estudo sociológico do preconceito racial” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 272) – como afirmam em nota de rodapé. Verifica-se, portanto, já no “projeto de estudo”, a intenção de “contribuir para o refinamento teórico da Sociologia e, ao mesmo tempo, desvelar as tensões estruturais e históricas da sociedade brasileira” – considerados “dois aspectos indissociáveis do projeto intelectual de Fernandes” (Costa *et al.*, 2021, p. 317-318).

Nesse esforço, a definição conceitual é encarada como ponto de chegada e não ponto de partida da sua análise – em contraposição às interpretações que importavam conceitos de outros contextos intelectuais no exame das relações raciais no Brasil. Segundo Bastide e Fernandes (2008a, p. 272), “a noção de preconceito racial pertence àquela categoria de termos sociológicos

¹³ A referência Bastide e Fernandes (2008a) é relativa ao “projeto de estudo” intitulado “O Preconceito Racial em São Paulo”, publicado originalmente em 1951. A referência Bastide e Fernandes (2008b) é relativa à íntegra do livro “Branços e negros em São Paulo”, publicado originalmente em 1953 como relatório de pesquisa (ver nota 3).

cujas delimitações conceptuais dependem da plena adequação do vocábulo à realidade ou à situação particular investigada”.

Nesse mister, os autores se ancoram em um método de interpretação baseado na noção durkheimiana de “meio social interno”, que permite investigar os fenômenos particulares “em seu modo de integração ao contexto social” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 268). Segundo esse método, o preconceito racial não seria um componente imediato da estrutura social, nem tampouco mero epifenômeno da vida social, sendo concebido, mais precisamente, como “conexão do ‘meio social interno’”. Nessa perspectiva, Bastide e Fernandes (2008a, p. 271) afirmam que “o preconceito racial não é considerado, em si mesmo, um componente da estrutura social”, exprimindo “maneiras de estar ligado no todo e pelo todo social”.

Com tal método de interpretação, seria possível investigar o preconceito racial à luz de uma análise da estrutura social brasileira, focalizando suas funções no sistema de relações sociais. Desse modo, seria possível abordar sociologicamente o preconceito racial, considerando cinco grupos de problemas: a formação do preconceito, seu modo de exteriorização, de integração à cultura, as funções assumidas e sua transformação. Essas últimas estariam atreladas à própria transformação da ordem social, que condiciona o significado e a função do preconceito racial.

O método de interpretação adotado também teria implicações para a conceitualização do fenômeno, ao possibilitar o aproveitamento teórico de noções centrais estabelecidas tanto pelo “uso popular” como pelo emprego científico corrente do termo, ao mesmo tempo que se singulariza com relação a esses últimos, ao acentuar o caráter descritivo e neutro do conceito.

É dentro dessa perspectiva que Bastide e Fernandes (2008a, p. 285) incorporam a noção de “preconceito de cor” em sua pesquisa, como uma espécie de “categoria nativa”, dado o seu amplo emprego pela população de São Paulo naquele momento – “subentendendo-se que o termo ‘cor’ se aplica ao negro e seus descendentes mestiços mais escuros”. Em nota de rodapé, os autores afirmam que “talvez seja conveniente utilizá-la no presente estudo. Nesse caso, o termo preconceito racial só deveria ser empregado em sentido técnico, nas explicações de caráter teórico” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 285). Tratava-se de investigar o significado do “preconceito de cor” no contexto nacional e, em especial, para os negros, questão que será retomada e analisada posteriormente em “A integração do negro na sociedade de classes”. Assim, é possível observar, no texto do “projeto de estudo”, o emprego do conceito de

preconceito racial nas explanações de caráter teórico e o uso da noção “preconceito de cor” nas discussões de ordem empírica.

Haveria ainda o desafio de definir o significado social da raça no Brasil. Em nota de rodapé, os autores afirmam tomar a noção de raça em seu sentido sociológico, e não biológico, à maneira de Gunnar Myrdal em sua análise da sociedade norte-americana, segundo a qual o sentido social da raça determinaria o *status* dos indivíduos e sua posição nas relações inter-raciais. Porém, seria necessário considerar a particularidade do fenômeno no âmbito da sociedade brasileira, marcada por variações no que diz respeito às classificações raciais dos seus membros (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 269).

É sobretudo no que diz respeito à interpretação do preconceito racial que se colocariam os problemas mais delicados. Nesse quesito, os autores partem, mais uma vez, de uma contraposição crítica a Donald Pierson, questionando:

[A] afirmação de que o ‘preconceito de cor’ no Brasil é um preconceito de classe não colide com a forma de seleção e de imputação dos atributos, que apanha as diferenças ou as marcas raciais? Ao contrário do que afirma [Pierson], parece que o ‘preconceito de cor’ existe e penetra, em maior ou menor grau, todas as classes sociais, sem contudo associar-se a manifestações ostensivas (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 274).

Os argumentos críticos e as hipóteses diretrizes sustentadas pelos autores sugerem a especificidade do preconceito racial com relação à estratificação em classes e sua concepção como processo social vigente no seio da sociedade brasileira. Desse modo, uma primeira hipótese afirma que

as flutuações da conduta dos brancos diante dos negros se explicam pela complexidade da situação de contato e em vez de serem um índice da inexistência do preconceito racial constituem, ao contrário, um sintoma de que a intensidade com que ele se manifesta varia até um extremo limite (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276, grifo dos autores).

De modo semelhante, a segunda hipótese visa a apreender a vinculação do preconceito com a dinâmica social. Nas palavras dos autores,

o desenvolvimento das classes sociais e do regime econômico capitalista em São Paulo, uma sociedade étnica e racialmente heterogênea, estão se processando de modo a modificar as condições sociais de ajustamento inter-racial entre brancos e pretos, o que se reflete na transformação da antiga ideologia racial e, por consequência, nas formas de exteriorização e na função do ‘preconceito de cor’ (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276-277, grifo dos autores).

Longe de insinuar a superação do racismo, a desagregação da antiga ideologia racial, provocada pelas transformações da estrutura social, estaria se processando de modo a permitir

“a reintegração do ‘preconceito de cor’ à cultura urbana” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276). Nesse sentido, mesmo os imigrantes europeus recém-chegados ao Brasil estariam incorporando estereótipos raciais e preconceitos na sua relação com os negros. Por outro lado, a incorporação de valores urbanos por parte dos negros, somada ao alargamento das suas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, estariam favorecendo a alteração das situações de contato. Os negros agora passavam a “forçar a situação”, enfrentando e desnaturalizando as expectativas sociais com relação ao “lugar” do negro (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276). Os exemplos elencados pelos autores, já no desenvolvimento do projeto, são indicativos da sua proximidade com a complexa realidade investigada.

A terceira e última hipótese estabelece prospecções acerca da correlação entre preconceito racial e dinâmica social. Longe de apresentar um processo de mudança social uniforme e de tipo irrefreável, Bastide e Fernandes destacam seu caráter aberto, complexo e contraditório¹⁴, em razão das disputas de interesses entre os diferentes grupos raciais, bem como da heterogeneidade inerente a cada um deles. Nesse sentido, os autores destacam a desagregação da antiga ideologia racial como algo socialmente inevitável, embora muitos dos seus elementos culturais pudessem ser reintegrados à cultura urbana, entre os quais o “preconceito de cor” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 277).

O conhecimento da nova ideologia racial, por sua vez, dependia da análise das atitudes expressas por brancos e pretos, levando em consideração os seus interesses diversos, bem como variações e contradições inerentes a cada grupo. Já as transformações relacionadas ao processo de modernização da sociedade – tais como o desenvolvimento das classes sociais, a industrialização e a urbanização – são tomadas como “ponto de referência para acompanhar a repercussão dos interesses sociais nas atitudes raciais e [como] um elemento prospectivo para identificar a provável orientação do processo” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 278). Dada a complexidade da situação investigada, a hipótese prospectiva se apresenta com direções distintas:

Presume-se que essa forma de “preconceito de cor” se modificará, de modo a integrar-se às condições sociais de ajustamento inter-racial em uma sociedade de classes: a) perdendo lentamente sua força inibidora ou coatora sobre o comportamento dos negros; b) assumindo uma expressão provavelmente mais extensiva nos círculos sociais ou nos grupos étnicos dos brancos em que se perpetuar como símbolo social

¹⁴ A esse respeito, Silva e Brasil Jr. (2021, p. 14) destacam, no prefácio da mais recente edição de “A integração do negro na sociedade de classes”, uma concepção não-linear da mudança social em Fernandes, em contraposição a uma visão dualista que despontou na recepção crítica do autor, notadamente no campo de pesquisa sobre relações raciais, na qual a ordem estamental e a sociedade de classes seriam “compostas por variáveis sistêmicas interligadas e incompatíveis entre si”.

de status (real ou compensatório) e como meio de defesa econômica (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 278, grifo dos autores).

Nas hipóteses suplementares apresentadas na sequência, Bastide e Fernandes (2008a) destacam que, ainda quando mantém a mesma forma, os elementos da antiga ideologia racial tendem a mudar de função. Assim, representações coletivas sobre os negros que visavam a legitimar a exploração do preto pelo branco na sociedade escravocrata, assumem a função de demarcar a distância social entre os grupos raciais na nova ordem social.

Portanto, já no delineamento das hipóteses diretrizes da pesquisa, os autores expressam seu interesse em desvelar a forma e as novas funções assumidas pelo preconceito racial na ordem social emergente – em nítido contraste com a interpretação ainda presente no campo intelectual brasileiro de que, segundo Fernandes, tal fenômeno perderia sua função sob o capitalismo ou tenderia a desaparecer com o pleno desenvolvimento da sociedade de classes (Hasenbalg, 1979; Motta, 2000; Souza, 2006). Para Roger Bastide e Florestan Fernandes, o preconceito racial não somente seria passível de se manifestar em uma ordem capitalista, como também poderia ser combinado com outras formas de preconceito – como o preconceito religioso e o preconceito de classe. A incorporação seletiva de elementos da antiga ideologia racial se daria conforme a sua consistência “com as modernas condições de existência social” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 280).

É também no “projeto de estudo” que Bastide e Fernandes (2008a, p. 286) empregam possivelmente pela primeira vez a noção de “dilema”, tomada do clássico estudo de Myrdal (1944) sobre a sociedade norte-americana, mas que ganhará contornos próprios no estudo da estrutura social brasileira e se tornará tão cara às interpretações de Florestan Fernandes sobre o Brasil e a América Latina.

A breve discussão sobre o dilema racial no “projeto de estudo” provoca certa inflexão no debate desenvolvido pela fortuna crítica de Fernandes em torno do par conceitual “demora cultural x dilema” – sem, de modo algum, diminuir a importância desse debate. Em linhas gerais, segundo essa interpretação, Fernandes teria substituído progressivamente o conceito de demora cultural pela noção de dilema, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, de modo a destacar o caráter estrutural das contradições da sociedade brasileira (Brasil Jr., 2013; Costa *et al.*, 2021, Silva, 2021). No entanto, a recuperação da noção de dilema já no início dos anos 1950, na análise das relações raciais, sugere que esse processo de elaboração conceitual é anterior e talvez mais complexo – ainda mais considerando o emprego da hipótese da demora

cultural em obras posteriores do autor, como “A integração do negro na sociedade de classes” e “A revolução burguesa no Brasil” (Silva, 2021). O conceito de demora cultural não é empregado no “projeto de estudo” e aparece somente em nota de rodapé no segundo capítulo de “Branços e Negros em São Paulo” – em referência à explicação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o descompasso entre a mentalidade dos fazendeiros paulistas que, inicialmente, tendiam a atribuir o “antigo status do escravo” ao trabalhador branco e ao imigrante, e o sistema de trabalho nas fazendas que se transformava em ritmo mais acelerado (Fernandes, 2008, p. 93).

Já a noção de dilema será empregada inicialmente para abordar a situação dos negros na nova ordem social, entravada pela existência de barreiras culturais e raciais. Nas palavras dos autores:

Em regra, os negros se encontram diante do seguinte dilema: o acesso a determinadas posições ou serviços é dificultado pela falta de qualificação técnica; mas a qualificação técnica nem sempre garante a seleção racional, isto é, ela pode ser relegada a segundo plano, por causa da “cor”. Ou seja, a carreira social do negro apresenta aspectos peculiares; aqui se evidenciam tanto os efeitos do equipamento cultural tradicional dos pretos (...) quanto os efeitos inibidores do “preconceito de cor” propriamente dito (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 286).

O dilema adquire o sentido de impasse ou contradição que se coloca para o negro, cuja posição na estrutura social seria marcada por uma dupla desvantagem nos processos de classificação social, tanto em função de seu equipamento cultural tradicional como pelos efeitos do “preconceito de cor”¹⁵. A nossa hipótese é de que Fernandes elabora tal categoria a partir de um diálogo – direto ou indireto – com intelectuais e ativistas negros atuantes no final dos anos 1940, que destacavam as dimensões socioculturais, econômicas, psicológicas e propriamente “raciais” – referentes às barreiras do “preconceito de cor” – do chamado “problema do negro” em seus estudos e encontros¹⁶.

¹⁵ Ao abordar o estado de anomia social prevalecente no meio negro durante os chamados “anos de espera”, Fernandes destaca que as tendências assumidas pelo processo de urbanização “impediram a preservação dos *mores afro-brasileiros*, que poderiam garantir a transformação da ‘população negra’ numa minoria racial integrada e autônoma” (Fernandes, 2020, p. 130, grifo do autor). Nessa e em outras passagens da obra, o autor sugere que a desvantagem cultural da população negra se deve, em parte, ao despojamento de seu repertório cultural, que acompanha o processo de colonização, escravização e branqueamento da sociedade brasileira e se deu sem qualquer compensação no sentido de dotá-los dos recursos materiais e morais valorizados na nova ordem social. Tais condições agravam, portanto, o estado de anomia social transplantado da ordem escravocrata.

¹⁶ Cumpre destacar a esse respeito os registros de Guerreiro Ramos sobre a atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN) e, particularmente, o I Congresso do Negro Brasileiro, apresentados na antologia “Negro Sou”, organizada por Muryatan Barbosa. No primeiro texto da antologia, que constitui o discurso proferido por Ramos por ocasião da instalação do Instituto Nacional do Negro – Centro de estudos e pesquisas do TEN, do qual se tornou diretor –, em 9 de setembro de 1949, ele afirma que “a condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas foi um avanço puramente simbólico, abstrato. Socioculturalmente, aquela situação não se configurou; de um lado, porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro

Como destaca Gabriel Cohn (1986) em seu clássico texto “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, embora se refira a um problema de ordem estrutural, a noção de dilema teria também um sentido subjetivo, relacionado às escolhas que se colocam para os indivíduos que se encontram diante de um impasse. Assim, o dilema racial impactaria tanto a competição dos negros com os brancos, em termos objetivos, quanto a formação dos ideais de vida dos negros, em termos subjetivos.

Já nesse momento é possível observar o interesse dos autores em investigar a formação de uma “contra-ideologia racial” e “os sentidos em que estão sendo projetadas a lealdade dos pretos”, por meio de um estudo das organizações e dos movimentos sociais do meio negro (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 284-285). Essa dimensão do dilema – subjetiva ou microssociológica – assume um caráter coletivo e contornos propriamente políticos, que se tornam fundamentais para pensar o dilema racial brasileiro e ganham centralidade em momentos posteriores da trajetória intelectual de Florestan Fernandes¹⁷.

Considerações Finais

A análise do projeto de estudo permite ir de encontro a certa leitura “residualista” da questão racial no pensamento de Florestan Fernandes, ao menos em seus momentos iniciais de elaboração teórica – que constituíram objeto da presente discussão –, uma vez que se tratava de investigar a natureza e funções assumidas pelo preconceito racial em um contexto de mudança social. Se o preconceito racial não é encarado no projeto como um fenômeno propriamente estrutural, ele estaria diretamente ligado às transformações da estrutura social, mediado pelos interesses e atitudes dos grupos raciais e classes sociais específicos.

A sofisticação teórica manifesta no projeto se faz notar também em sua concepção relacional do preconceito racial, que se reflete no interesse dos autores em analisar o grupo racial dominante. Nas suas palavras,

Os brancos, à medida que se incorporam às classes dominantes, do ponto de vista racial, não sentem o peso e os efeitos do ‘preconceito de cor’. O mesmo não acontece com os negros, que aprendem desde cedo a ‘ficar em seu lugar’ e isso quase sempre por meio de humilhações, de ressentimentos e de frustrações, que passam despercebidos à maioria dos brancos (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 287).

lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania” (Ramos, 2023, p. 45).

¹⁷ Já abordamos em outro texto a ênfase progressiva de Florestan Fernandes sobre a dimensão política do dilema racial brasileiro como parte do movimento de radicalização do seu pensamento (Costa *et al.*, 2021).

Os autores afirmam a necessidade de investigar igualmente os efeitos do preconceito racial sobre brancos e negros e já apontam alguns desses efeitos no “projeto de estudo” – como o de conferir ao branco o sentido de coerência de suas atitudes na interação com os negros com relação aos padrões de moralidade e dignidade humana da sociedade em que vive (Bastide; Fernandes, 2008b, p. 287-288). Essa proposta é retomada em “A integração do negro na sociedade de classes”, ao analisar as decisões políticas que garantiram a reprodução dos privilégios da camada dominante do grupo racial branco na passagem para a nova ordem social, e ganha relevo sobretudo nos escritos dos anos 1970, ao abordar os sentidos assumidos pelo dilema racial sob o capitalismo dependente.

Essa discussão permite matizar a recepção crítica de Florestan Fernandes pelos mais recentes estudos sobre branquitude, nos quais se destaca uma análise unilateral relativa ao autor sobre a deformação da escravidão, voltada somente à personalidade dos negros. Isso aparece no argumento de Cida Bento como sintoma da branquitude na análise do autor. Segundo a autora, “se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude” (Bento, 2022, p. 63). No entanto, a nossa hipótese é de que essa preocupação, já presente no “projeto de estudo”, é retomada de modo progressivo na trajetória intelectual de Florestan e desemboca em sua análise sobre a “resistência sociopática à mudança” das classes dominantes, que dá forma ao processo de mudança em curso na sociedade brasileira, orientando-o para a preservação pura e simples de seu *status quo* (Fernandes, 1976). É essa característica que configurará, para Fernandes, o âmago do nosso “dilema social”, elaborado em texto do início dos anos 1960.

Por fim, Bastide e Fernandes (2008a, p. 288-289) destacam o contexto de transição em que o estudo sobre relações raciais estava sendo realizado no início dos anos 1950 – o que explica sua relação direta com o tema da mudança social. Por essa razão, tal estudo tanto poderia servir para “caracterizar uma situação que tende a desaparecer” como para contribuir com o conhecimento de algo que está em desenvolvimento incipiente – a depender da ênfase colocada pelo pesquisador. No caso dos autores, interessava investigar os elementos da antiga ideologia racial que tendiam a se conservar – como parecia ser o caso do preconceito racial –, assim como o sentido da transformação da situação social dos negros.

No prefácio à segunda edição de “Brancos e Negros em São Paulo”, Fernandes (2008, p. 18) afirma que não foi possível redigir o estudo sociológico final nessa obra, restringindo-se

a uma discussão predominantemente descritiva acerca dos resultados da investigação – em virtude do curto prazo estipulado pela Unesco para a publicação do relatório da pesquisa. Por essa razão, Campos (2014) destaca que a discussão apresentada na obra respondeu a dois dos objetivos estipulados no projeto – o plano informativo e o descritivo –, sem desenvolver devidamente o plano interpretativo. Bastide e Fernandes não teriam conseguido, nesse primeiro momento, explorar toda a riqueza dos dados coletados na pesquisa empírica. A análise desse material e sua interpretação serão retomadas por Florestan Fernandes em “A integração do negro na sociedade de classes”, defendida como Tese de Cátedra em março de 1964. A despeito disso a gênese da noção de dilema, que se tornará sua categoria interpretativa fundamental para abordar as relações raciais no Brasil, já se encontra no texto do “projeto”.

Ademais, vale destacar que os autores apresentam, ainda em “Branços e Negros”, alguns prognósticos que sugerem a possibilidade do “preconceito de cor” se tornar um fenômeno estrutural. No capítulo “Cor e estrutura social em mudança”, redigido por Fernandes, o autor afirma que “a) é possível que o preconceito de cor encontre na sociedade de classes condições estruturais favoráveis à sua perpetuação; b) é provável que se desenvolvam preconceitos de classe aplicáveis nas relações dos indivíduos de cor entre si” (Fernandes, 2008, p. 153).

Portanto, ao abordar as tendências emergentes, Fernandes destaca a possível coexistência de dois sistemas de estratificação – racial e social – na nova ordem social, cuja complexa e imbricada relação será fundamental para pensar o dilema racial brasileiro. Apesar disso, os autores não retomam o conceito de dilema na análise apresentada em “Branços e Negros em São Paulo”, talvez pelas razões aventadas anteriormente, relacionadas ao tempo limitado para o desenvolvimento do plano interpretativo, bem como para explorar o material produzido em colaboração com intelectuais e ativistas do meio negro. Como mostra Campos (2014), Fernandes só se refere ao conteúdo produzido nas mesas-redondas propostas em colaboração com intelectuais negros(as) no último capítulo da referida obra – “A luta contra o preconceito de cor” –, em sua discussão sobre as reações à lei Afonso Arinos no meio negro.

A nossa hipótese é que a interlocução estabelecida com os(as) colaboradores(as) negros(as) da pesquisa será fundamental para o delineamento da noção de dilema racial brasileiro em suas distintas dimensões, de modo que seu emprego enquanto categoria interpretativa das relações raciais no Brasil moderno somente será retomado em “A integração do negro na sociedade de classes”. Trata-se de explorar, a partir de agora, os sentidos e

desdobramentos teóricos e empíricos assumidos por tal categoria nos momentos subsequentes da trajetória intelectual de Florestan Fernandes.

Para tanto, em uma segunda etapa da pesquisa, seguiremos com a análise diacrônica da categoria dilema racial na obra “A integração do negro na sociedade de classes” (1964), que constitui não somente a obra capital do autor, mas também o lugar em que o dilema racial é elaborado em suas múltiplas dimensões, podendo ser lido como uma etapa relevante da resposta sociológica do autor à não integração do negro à sociedade de classe. Serão também retomados dois ensaios produzidos nos anos 1970, a saber: “Aspectos políticos do dilema racial brasileiro” e “A sociedade escravista”, publicados respectivamente em “O negro do mundo dos brancos” (1972) e “Circuito Fechado” (1976). Tais ensaios permitem observar o progressivo processo de radicalização do pensamento de Florestan, por meio de uma articulação do dilema racial à noção de capitalismo dependente e de maior ênfase analítica nos processos de reprodução das desigualdades raciais pelos estratos dominantes da raça branca. Essa radicalização teórica ganhará contornos político-programáticos em “Significado do protesto negro” (2017), quando o autor atua como deputado constituinte (1987-1988) e deputado federal (1989-1994) pelo Partido dos Trabalhadores, somando-se à luta do Movimento Negro Unificado (MNU).

Referências

- ARCHER, Margaret. Habitus, reflexividade e realismo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. O preconceito racial em São Paulo (Projeto de estudos). In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008a. p. 265-291.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008b.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Unesco: Anhembi, 1955.
- BASTOS, Elide Rugai. Sessenta anos de um relatório de pesquisa exemplar. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 29-54, maio/ago. 2015.
- BASTOS, Elide Rugai. A história nunca se fecha. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 677-694, maio/ago. 2020.
- BIBLIOTECA Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. (BCo/UFSCar). Fundo Florestan Fernandes. Item documental n. 02.09.2506 (Anexo I).
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL JR., Antonio da Silveira. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Uma pesquisa impactante. *In*: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008. p. 9-16.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. *In*: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.

COSPITO, Giuseppe. Egemonia/egemonico nei “Quaderni del carcere” (e prima). **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 1, p. 49-88, dez. 2016.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes’ critical sociology**. A social theory of Brazil and Latin America. Abingdon; New York: Routledge, 2024.

COSTA, Diogo Valença; ALVES, Ana Rodrigues; PORTELA JR., Aristeu; SOARES, Eliane Veras; SILVA, Lucas Trindade da; MUTZENBERG, Remo. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. *In*: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 317-349.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a crítica da formação colonial brasileira: trabalho, racismo e capitalismo dependente. **Estudos Universitários**, Recife, v. 40, n. 1, p. 51-86, jan./jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil [1957]. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977a. p. 25-49.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977b. p. 140-211.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da “raça branca”. São Paulo: Editora Globo, 2008a. 1 v.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. No limiar de uma nova Era. São Paulo: Editora Globo, 2008b. 2 v.

FERNANDES, Florestan. Carta à liderança do PT. *In*: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017a. p. 158-160.

FERNANDES, Florestan. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. *In*: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017b. p. 129-139.

FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre a mudança social no Brasil. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 202-236.

FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. *In*: D’INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 163-180.

GATO, Matheus. Sociologia histórica e interpretação do racismo no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 87-122, maio/ago. 2024.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-95, maio 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Carta a Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro, 3 jun. 1977. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar). Fundo Florestan Fernandes. Item documental n. 2506.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. Organização de Octavio Ianni. São Paulo: Expressão popular, 2004. p. 7-47.

MAIO, Marcos Chor. Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais nos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 1-20, 1987.

MYRDAL, Gunnar. **An american dilemma: The negro problem and modern democracy**. New York: Harper & Brothers, 1944.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-21, dez. 2000.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia: Estudo de contato racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1945.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil**. Ensaios, artigos e outros textos (1949-73). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SCHWARZ, Lilia Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007. p. 11-24.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da; BRASIL Jr., Antonio. Prefácio: Racismo e limites à democracia em A integração do negro na sociedade de classes. In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. p. 9-49.

SILVA, Lucas Trindade da. Uma leitura não-residualista da questão racial em Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 361-378, dez. 2016.

SILVA, Lucas Trindade da. O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 279-295.

SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Bibliografia de Florestan Fernandes. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 353-359.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Recebido em: 2/4/2025

Aceito em: 27/8/2025

ANEXO

02.09.2506

(à resp.)

(A)

sociedade brasileira de instrução

iuperj

rua da matriz, 82 - botafogo - ze 02
tels. 286-0996 - 286-0146 - rio de janeiro - rj

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1977

Ilmo. Prof. Florestan Fernandes

Rua Nebrasca 392

São Paulo -SP

Prezado Professor:

Estou lhe enviando o último número da Revista DADOS, para submeter à sua apreciação artigo de minha autoria sobre "Desigualdades Raciais no Brasil". Tal apreciação me seria tanto mais necessária quanto, por um lado, formulo algumas críticas que me parecem pertinentes sobre o tratamento que foi dado pelo Sr. às conexões entre escravidão e relações raciais pós-escravistas. Enquanto, por outro lado é desnecessário dizer que seus trabalhos sobre a integração do negro na sociedade de classes foram, para mim como para tantos outros, o ponto de partida para uma reflexão a respeito do tema.

Queria também aproveitar a oportunidade para, em nome do Conselho Editorial da Revista DADOS, convidá-lo ao envio de colaborações, para publicação nos próximos números.

Com muita consideração e estima,

Carlos A. Hasenbalg

Carlos A. Hasenbalg

(078)